



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

**Processo nº** 10835.000568/2002-31  
**Recurso nº** 133.884 Voluntário  
**Matéria** PIS  
**Acórdão nº** 202-19.026  
**Sessão de** 08 de maio de 2008  
**Recorrente** ANTÔNIO QUIRINO NETO EPP  
**Recorrida** DRJ em Ribeirão Preto - SP

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/01/2000 a 31/12/2001

**DIREITO DE COMPENSAÇÃO.**

Reconhecimento da decisão judicial que garantiu o direito de compensação dos créditos decorrentes de pagamentos do PIS/Pasep, por força dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, com os débitos da mesma natureza, apurados no período de 01/2000 a 12/2002.

Recurso provido em parte.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COPIA ORIGINAL  
Brasília, 13/06/08  
Celma Maria de Albuquerque  
Mat. Série 5442

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

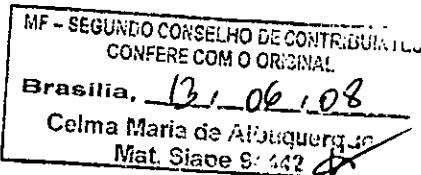
ACORDAM os membros da segunda câmara do segundo conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para reconhecer o direito de o contribuinte compensar o indébito do PIS reconhecido por sentença judicial, observado o critério fixado na Súmula nº 11, do 2º CC, mantendo-se os débitos remanescentes com os consectários do lançamento de ofício.

*Antônio Carlos Atulim*  
ANTONIO CARLOS ATULIM

Presidente

*Domingos de Sá Filho*  
DOMINGOS DE SÁ FILHO

Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Gustavo Kelly Alencar, Nadja Rodrigues Romero, Antônio Lisboa Cardoso, Antonio Zomer e Maria Teresa Martínez López.

## Relatório

A recorrente obteve sentença favorável reconhecendo o direito a compensar crédito de contribuição ao PIS/Faturamento referente ao período de abril de 1989 a outubro de 1995, recolhidos por força dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88. Pleiteou a compensação com os débitos do PIS apurados no período de 01/2000 a 12/2001.

Entretanto, entendeu o Fisco que não há tal crédito, pois, no seu sentir, no plano prático, a sentença obtida não beneficiou a recorrente de forma plena, mesmo que tenha alterado a base de cálculo do PIS, no período enfocado, para menor, com relação à receita operacional, fazendo incidir só quanto ao faturamento. Embora a decisão judicial tenha limitado ao faturamento, a alíquota aplicada passou de 0,65% para 0,75%.

Irresignada, a recorrente impugnou alegando que a matéria em questão estava sendo tratada pelo poder judiciário, e a compensação teria ocorrido por força de decisão judicial, por isso não poderia o comando da sentença ser descumprido.

Argüiu, também, que os valores impugnados pela Fazenda estão desprovidos de raciocínio lógico, pois, no processo, foram apresentadas as somas pagas a maior e impugnadas pelo Fisco sem sucesso, portanto, o montante apontado como crédito não estaria mais sujeito à nenhum questionamento, prevalecendo o que foi decidido pela Justiça, qual seja, o direito de compensar os valores dos créditos com débitos vincendos.

A decisão singular manteve o auto de infração *in totum*.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro DOMINGOS DE SÁ FILHO, Relator

Conheço do recurso interposto, eis que presente os pressupostos de sua admissibilidade.

A verdade que a sentença prolatada pelo juiz da primeira Vara Federal de Presidente Prudente - SP, nos autos de nº 98.1207262-4, decidiu que a empresa faz jus ao valor do crédito demonstrado nos documentos que instruíram a peça inaugural.

A sentença foi proferida nos seguintes termos: *"A compensação, a ser levada a efeito pela própria Autora, na forma acima discriminada, dispensa liquidação judicial e terá por objeto os valores indevidamente recolhidos comprovados tão somente pelos documentos que acompanham a petição inicial, observada a prescrição na forma acima exposta, tomando-se por base a data do ajuizamento da ação, ressalvado à União, o direito de exercer*

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 13/06/08  
Celma Maria de Albuquerque  
Mat. Siape 94442

CC02/C02  
Fls. 174

*plenamente sua função fiscalizadora quanto à observância dos estritos limites aqui traçados."*

Examinando as planilhas confeccionadas pela recorrente, que se encontram às fls. 37/39, há informação indicando o período de apuração e a data que ocorreu o recolhimento; constata-se de tais informações que a base de cálculo é o faturamento do sexto mês anterior.

No entanto, nas planilhas elaboradas pelo Fisco, às fls. 59/61, há informação de que os recolhimentos ocorreram setenta dias após o fato gerador.

Em que pese às colocações, não há dúvida de que o valor a ser compensado é o que restou consignado nas planilhas de fl. 39, apresentadas em Juízo. O valor ali consignado é de 12.562,95 Ufirs, equivalente a R\$ 16.397,87 (dezesseis mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos) em 28 de outubro de 1998, sendo este o crédito que a recorrente tem direito a compensar ou ser restituída.

Assim, cabe tão-só examinar se os créditos foram alcançados pela prescrição, conforme restou assentado na sentença de primeiro grau.

O pedido de antecipação de tutela foi indeferido, e de acordo com a decisão judicial, fixando como marco a data do ajuizamento da ação judicial que foi proposta 28/01/1999.

O pleito da recorrente refere-se ao período de apuração de abril de 1989 a outubro de 1995; portanto, por entender que o prazo extintivo do direito de pleitear o indébito conta da data da publicação da Resolução do Senado Federal, publicada em 10/10/95, e tendo ingressado com ação judicial em 28/01/99, não há que se falar decadência de direito.

Assim sendo, conheço do recurso e dou provimento parcial para reconhecer o direito de a contribuinte compensar indébito do PIS, conforme consta da decisão judicial, observando o critério da Súmula nº 11 do Segundo Conselho, mantendo os débitos remanescentes com os consignatários do lançamento de ofício.

É assim que voto.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2008.

DOMINGOS DE SA FILHO